

A lógica produtivista e a avaliação quantitativa na pós-graduação em saúde: um olhar sobre os efeitos danosos na formação profissional

Academic productivism and quantitative evaluation in graduation studies in health: a view of harmful effects on professional training

La lógica productivista y la evaluación cuantitativa en los posgrados en salud: perspectiva sobre los efectos dañinos en la formación profesional

David Soeiro Barbosa ¹

¹ Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.

Correspondência

D. S. Barbosa

Programa de Pós-graduação em Epidemiologia em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz.

Rua Leopoldo Bulhões 1480, Rio de Janeiro, RJ 21041-210, Brasil.

davidsoeiro@gmail.com

Camargo Jr. ¹ é muito feliz em colocar este debate em pauta, que já se fazia de forma ocasional entre os mais distintos espaços de produção acadêmica de saúde coletiva do país. Digo isso, pois é evidente um descontentamento de muitos pesquisadores com as metodologias atuais de avaliação da produção científica e dos programas de pós-graduação, porém, apesar dos avanços e (re)adequação de indicadores ainda são tímidos o contraponto e a busca de estratégias de fato inovadoras neste processo. As alternativas que são apresentadas não ecoam ou ganham forma, pois evidentemente existem justificativas para cada indicador adotado nas avaliações, que apesar de restritos aos indicadores bibliométricos, são discutidos e propostos por nossos mais distintos pares inseridos no universo da produção intelectual em saúde coletiva. Não há que se desconsiderar o bom e árduo trabalho desses atores no processo.

É importante destacar o que foi pontuado por Souza ² (p. 1718): “a comunidade científica tem tido a possibilidade de definir ela própria os mecanismos de avaliação a que se aceita a ser submetida, ainda que não possa simplesmente se recusar a se autoavaliar”. Luz ³ destaca os efeitos danosos que a política de avaliação quantitativa pode gerar, na qual inclui a competitividade entre indivíduos e instituições, além de ser um dificultador para uma produção mais criativa e inovadora.

Revisitar o processo de avaliação dos pesquisadores e dos cursos deveria permitir repensar do processo de identificação de fragilidades da produção intelectual em saúde coletiva, da avaliação dos cursos e dos pesquisadores deste campo. Nesse sentido, acredito que a proposta de Camargo Jr. ¹ de se posicionar a favor de uma ruptura com o ranqueamento que considera somente indicadores quantitativos de

produção é bastante válida, trazendo à tona o debate quantitativo *versus* o qualitativo na avaliação, com uma tendência que a academia tem em dicotomizar estas diferentes abordagens tal qual no método da pesquisa científica, superado no fato de que podem ser complementares nos mais diferentes contextos. Uma “falsa polêmica” posteriormente retratada pelo autor ⁴. Como colocado por Struchiner ⁵ (p. 1717): “... não podemos abrir mão de nenhuma fonte de informação. Se utilizadas separadamente, essas avaliações serão ilusórias”.

Essa lógica produtivista também cerceia e enfraquece o debate do campo da saúde coletiva no momento da formação na pós-graduação, quando não é mais prioridade situar e problematizar as diferentes áreas e o campo de atuação do profissional de saúde coletiva no seu momento de formação. Nosso debate de sociedade e dimensão política das necessidades de saúde enfraquece junto com a fragmentação e compartimentalização das áreas, onde pesquisar o detalhe, o específico é prioritário e considerado suficiente. Como investigar as árvores sem perder de vista a floresta (que em alguns contextos, está em chamas)? Como preparar um indivíduo comprometido com as necessidades da sociedade brasileira e do SUS a fazer as perguntas que devem ser respondidas?

Da mesma forma, é escasso o incentivo para o “pensar pedagógico” na formação de mestres e doutores. A formação de docentes/educadores encontra-se fragilizada por esse contexto que não contribui para a politização e visão crítica sobre o ato de educar. Assim é necessário revisitarmos a *Lei de Diretrizes e Bases* da educação nacional ⁶ que trata, em seu Art. 66, do tema: “a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado”. Tal fato não tem ocorrido de forma consistente e ampliada, assim reproduzimos a lógica do “ensinando se aprende”, porém sem teorizar criticamente este processo, gerando um ciclo vicioso em que a prática e a leitura de bases pedagógicas não são importantes.

Por fim, parablenizo a disponibilidade para análise crítica tão pertinente de todos os nossos mestres que contribuíram neste debate, resultado de um amadurecimento científico nos últimos anos do campo em relação ao tema, e que demonstra a permeabilidade/mobilidade do movimento de saúde coletiva que continua vivo e disposto ao debate. Aproveito ainda para fazer uma chamada aos pós-graduandos para um envolvimento maior nos processos e espaços decisórios sobre os rumos da pós-graduação em saúde. Certamente ampliaremos a sensibilidade e incorporaremos novos olhares no debate, contribuindo para a valorização de indicadores de excelência educacional junto aos de pesquisa, nas múltiplas facetas que incorrem nos processos avaliativos neste campo de saberes em nosso país.

Agradecimentos

Agradeço à Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG) e as contribuições de Adriana Aguiar, Mauro Marzochi, Lúcia Guerra, Mariana Bertol Leal e Pedro Felipe Santos.

1. Camargo Jr. KR. Produção científica: avaliação da qualidade ou ficção contábil? *Cad Saúde Pública* 2013; 29:1707-11.
2. Souza LEPE. O desafio da avaliação da produção científica. *Cad Saúde Pública* 2013; 29:1717-9.
3. Luz MT. Prometeu acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade e as condições atuais da vida acadêmica. *Physis (Rio J.)* 2005; 15:39-57.
4. Camargo Jr. KR. Sigamos em frente? *Cad Saúde Pública* 2013; 29:1727-30.
5. Struchiner CJ. Avaliação da qualidade da produção científica e suas consequências imprevistas e indesejadas: um conceito autoevidente? *Cad Saúde Pública* 2013; 29:1716-7.
6. Brasil. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União* 1996; 23 dez.

Recebido em 11/Out/2013
 Versão final reapresentada em 16/Out/2013
 Aprovado em 21/Out/2013

O autor responde

The author replies
 El autor responde

*Kenneth Rochel de Camargo Jr.*¹

¹ *Centro Biomédico, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.*

Correspondência

K. R. Camargo Jr.
Departamento de Planejamento e Administração em Saúde, Centro Biomédico, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Rua São Francisco Xavier 524, 7ª andar, Bloco D,
Rio de Janeiro, RJ 20559-900, Brasil.
kenneth@uerj.br

Gostaria de iniciar meu comentário – não se trata de réplica ou tréplica, parece-me que estamos de acordo – à carta de David Soeiro Barbosa manifestando minha satisfação em ver a representação discente dos pós-graduandos de nossa área participando do debate. Barbosa traz ao primeiro plano um aspecto particularmente relevante, e insuficientemente contemplado, da discussão sobre a avaliação da ciência, que é o olhar da e sobre a formação pós-graduada.

Com efeito, pouco se pensa nos processos avaliativos sobre a dimensão da formação de recursos humanos, exceto pela consideração periférica de indicadores um tanto canhestros – e, novamente, apenas quantitativos – sobre número de alunos e tempos

de conclusão de curso, ou mais uma vez referentes à publicação usando os mesmos critérios de valoração já criticados. O produto mais relevante da pós-graduação *stricto sensu*, a tese ou dissertação, não é objeto de nenhuma avaliação em nossa área, considerando-se para estes fins a publicação discente, tomada como um indicador indireto de qualidade das mesmas. Uma vez mais, temos um pressuposto não examinado servindo de base a toda uma estrutura de avaliação, e que tem levado a exigências por vezes excessivas ou mesmo descabidas com relação à produção por parte de mestrandos e (principalmente) doutorandos, que só se graduam em alguns programas com a publicação de um número demasiadamente elevado de artigos, por exemplo.

As distorções provocadas pelo estímulo à publicação desenfreada incidem também na formação das novas gerações de pesquisadores, potencialmente perpetuando os equívocos do modelo atual.

Por essas razões, é fundamental a participação dos discentes dos programas de pós-graduação nessa discussão, e é por esse motivo, mais uma vez, que saúdo a iniciativa de Barbosa. O Fórum de coordenadores de pós-graduação em Saúde Coletiva é um espaço privilegiado para o debate sobre a avaliação da produção científica, e é encorajador saber que a representação estudantil está atenta ao tema.

Recebido em 04/Nov/2013
 Aprovado em 05/Nov/2013